anais do seminário alternativas para uma política energética

CPFL Companhia Paulista de Força e Luz

PERSPECTIVAS DA RECUPERAÇÃO ECONÔMICA NACIONAL

Antonio Barros de Castro
(UFRJ)

Não é nada fácil falar sobre a situaão atual da economia brasileira e suas perspectivas. Desta vez, não porque a situação atual seja tenebrosa e as perspectivas lúgubres – ao contrário, a economia tem tido um comportamento surpreendentemente satisfatório – e sim porque nunca tantos discordaram tanto a respeito de um só tema. Realmente, a discórdia entre os analistas econômicos chegou ao que eu espero que seja o seu ponto máximo.

Vou ter que recapitular um pouco isso e colocar minha hipótese de interpretação e, a partir dela, fazer minhas projeções de uma forma muito qualitativa, muito indicativa. Para isso eu lembraria a vocês o seguinte: nós estamos atravessando um período muito conturbado da nossa história e durante duas vezes, nos últimos onze anos, a economia brasileira foi literalmente posta em cheque. Uma vez em 1974, outra de 1981 até 1983.

Em 1974, essa economia, que vinha caminhando muito bem, num ritmo de expansão extraordinário chamado "milagre", recebe um baque enorme. Subitamente, ela se vê incapacitada de importar aquilo de que necessita para apenas funcionar. Ou seja, essa economia, de repente, se mostra incapaz de se abastecer do imprescindível para operar. Isto marca o início de uma situação de busca de saída, de perplexidade.

Mais uma vez, em 1981, a economia parece se chocar contra uma muralha. A sua viabilidade é totalmente questionada. Em questão de meses o Brasil perde todas suas reservas. Primeiro perde grande parte das reservas e, a seguir, vai perder todas. Inclusive vai ficar com "reservas negativas", ou seja vai "dar o beiço". Então, em 1981, começa uma degringolada que parece não ter fim. E, mais uma vez, por conseguinte, a economia está totalmente contra a parede.

Não é à toa, pois, que vindo de um período tão conturbado, o pensamento econômico esteja à deriva, buscando entender o que ocorre com esta economia, e não só o que tem ocorrido em matéria de tombos, como também o que tem ocorrido em matéria de dar a volta por cima e sair crescendo de novo.

Diante desses dois tombos com os quais eu comecei a exposição, surgiram duas tendências de pensamento no Brasil, que ainda aí estão muito influentes. Eu chamo atenção para esta dicotomia. É uma dicotomia muito mais no plano das

idéias, muito mais construída analiticamente do que existente na realidade. Além disto existem autores que misturam os dois tipos de interpretação. Mas, então, uma corrente nos diz que o que vai mal com esta economia é que aqui se fez uma industrialização a todo custo, à sombra do estado, puxada por estatais, por favores, por protecionismo, ignorando as vantagens comparativas do país, etc. O resultado não podia ser outro senão uma estrutura econômica frágil, vulnerável e que tem que ser inteiramente reformulada. Esse tipo de visão começou a ganhar corpo na segunda metade dos anos 70, depois foi crescendo e um dos seus primeiros porta-vozes foi o sr. Langoni. Depois a coisa se multiplicou. A segunda corrente é claramente discernível. É um grupo que rechaça, repudia a visão liberal internacionalizante de que acabei de falar. O seu perfil é dado pelo repúdio à 1ª corrente. Mas o seu conteúdo interno não é claro. Inclusive, ela é muito heterogênea. Ela abarca muita gente e muitas tendências, inclusive tendências políticas, de tal maneira que as suas propostas não são límpidas, claras como as da 1º corrente. O principal denominador comum entre os partidários desta 2º corrente é a tese de que o governo e, especialmente, a sua política econômica vinha cometendo sucessivos e graves erros. Então ela parte desta idéia básica de que os tombos da economia, as crises da economia, são provas dos equívocos em que o governo nos meteu a nível de opção de política econômica. 1974 teria posto a nu o milagre do Delfim desmitificando o "milagre". Eis aí o "milagre". Ele se transmutou em caos. Nos enfiaram numa grande "gelada". Deu nisso. 1981/1982 como crise é entendido como o desmoronamento das promessas do Brasil potência. Perseguimos a imagem remota de um Brasil potência e demos nisso que está aí. Estamos desmoronando. Ou seja, as crises são entendidas como provas de fracassos da política econômica. Esta 2º corrente é muito heterogênea, repito, mas tem este denominador comum no repúdio à política econômica. Eu diria, apenas, que há uma preocupação em recuperar o gasto social, há uma preocupação naquilo que se chamaria reorientar o modelo brasileiro. Porém, quando se pergunta: E o que quer dizer reorientar o modelo brasileiro? Aí começa-se a patinar, porque não é claro, em absoluto, o conteúdo desta proposta.

A nova República surge como um fato novo, fundamental, tendo por pano de fundo estas crises e, a nível das idéias, em particular das idéias econômicas, a dicotomia de que falei. A Nova República parece trazer consigo uma reconstrução. Entra-se naquilo que eu chamaria um clima de pós-guerra. Vamos reconstruir. Por um lado, reconstruir o sistema político, eliminando o chamado entulho autoritário, etc. Em simultâneo, e paralelamente, haveria que reconstruir a economia que estava em cacos. Há um célebre discurso do Tancredo Neves dizendo que o Brasil nunca antes havia atravessado, em simultâneo, graves crises no plano econômico e no plano político. Que, então, a tarefa da Nova República era a reconstrução econômica, social e política.

Esta visão, este entendimento, se generalizou. Se você tomasse um monetarista, um conservador conseqüente, um ortodoxo, em 1984, início de 85, ele teria uma visão extremamente pessimista do quadro brasileiro. Teria uma visão muito

negativa. Acharia que nós estaríamos à borda da hiper-inflação, com uma economia carcomida, uma economia estatizada, etc. Então, este conservador seria advogado de grandes reformas.

Bem, mas as oposições teriam também uma visão de que estavam herdando o caos, herdando uma economia por terra. Num congresso de economistas, ocorrido há pouco tempo, falaram 3 ilustres representantes da 2ª corrente, a oposição da epoca. O 1º fez um quadro terrível do que era a economia e do que vinha pela frente. O 2º fez parte da platéia chorar, literalmente. E, chegou a vez do 3º que começou a sua exposição com a seguinte frase: "Até agora vocês ouviram os otimistas". Esta visão estava totalmente presente nos diagnósticos da COPAG. Os documentos da COPAG são um muro de lamentações.

Bem, dito isto, vocês viram recentemente o Pres. Sarney, na televisão, anunciar que a economia brasileira cresceria, no mínimo, 6% este ano, provavelmente 7%. Que, do ponto de vista externo, as condições estavam muito boas, muito sólidas. O Brasil gerava novamente um saldo de 12 bilhões, tinha todas as suas contas em dia e já estava com reservas de quase 9 bilhões de dólares. O emprego havia retomado, estava crescendo com grande velocidade neste momento em que ele estava falando. Enfim, a perspectiva era de crescimento. O crescimento parecia ter chegado para valer. Até mesmo a inflação, o último dos demônios, estava se comportando razoavelmente e o ano fecharia com uma inflação não superior à de 84, apesar das projeções unânimes em direção a 300%, 400%, 500%. Como é que se concilia uma coisa com a outra? Evidentemente, nós estamos diante de um fenômeno, no mínimo, extremamente curioso. Será que agora é que está ocorrendo o milagre brasileiro? Bom, não pensem que eu terei aqui uma explicação totalmente clara. Eu tenho uma interpretação disto e já há 2 anos que estou batalhando na mesma campanha, procurando difundir estas idéias e vou apresentá-las rapidamente. Eu só diria a vocês o seguinte: no momento vocês têm duas alternativas. Uma alternativa é aceitar o que eu digo. Não sei quantos aceitarão, talvez uma minoria, não sei. A outra alternativa é aceitar o Delfim, que diz o seguinte: "É muito simples a explicação. Eu fiz a política econômica adequada, fiz o Brasil tomar o remédio amargo de uma política ortodoxa, contive créditos, contive salários, cortei o orçamento público, saneei, passou. Claro, purgante não é por definição agradável. A economia brasileira tomou um purgante e se comportou como o previsto no manual. Taí, purgada. e pronta para crescer". Ou seja, seria um caso em que a política do FMI teria dado certo. O remédio foi amargo, mas curou. Eu estou convencido que não é isto, e nem mágica – que seria a 3º hipótese de interpretação. Mas é claro que surgirão ainda outras teses. É claro que isto vai ser um campo de lutas teóricas.

Vou partir da seguinte constatação: no ano de 1974 a economia brasileira foi colocada em cheque, literalmente. A impressão era de inviabilidade. Uns falavam em reversão cíclica, agora vem a queda cíclica. Outros falavam em estrangulamento externo. Enfim, usavam-se várias imagens. Mas a verdade é que a economia estava numa situação crítica. Mas não era só o Brasil, outras economias estavam também em situação crítica. Em particular, os importadores de petróleo. Só que no caso

brasileiro era muito mais complicado que isto. Por exemplo: o aumento do valor das importações de matérias primas foi maior no caso do Brasil, do que o aumento do valor das importações de petróleo. Então, no Brasil, havia o estrangulamento de matérias primas, de bens de capital, etc. Diante desta situação, o Roberto Campos não tinha dúvida e diria, com a clareza de sempre, o seguinte: "Essa economia está vivendo além dos seus meios, tem que se contrair. Quando você leva um golpe, você têm que se contrair para absorver o golpe. A economia tem que se contrair, tem que fazer uma recessão para absorver este golpe. Passou o tempo das cigarras, agora vem o tempo das formigas".

Pois bem, nesse momento, qual foi a resposta da economia brasileira? O governo brasileiro fez uma opção extremamente improvável, fora dos manuais de economia, certamente, bastante heterodoxa, ousada, megalômana (vocês usem o adjetivo de preferência). Tomou a crise como uma prova de que aquela economia tinha que mudar de rota, tinha que mudar de direção. Essa economia – isto está em vários documentos da época, em pronunciamentos do Veloso e do Severo Gomes que era o ministro da Indústria – tinha um grande setor de bens duráveis de consumo, particularmente a automobilística. Uma indústria automobilística hipertrofiada, proporcionalmente maior do que o standard internacional. E tinha um setor de indústria básica relativamente atrofiado. Aliás muito atrofiado no que se refere à química, por exemplo. E também tinha um setor de bens de capital atrofiado. O governo nesse momento faz o seguinte: ao invés de encolher para absorver o soco, decide fugir para a frente e lança um gigantesco programa de investimentos. O mais ambicioso programa de investimento da nossa história. Neste programa, que podemos chamar de safra de 74, há desde investimentos na plataforma de Campos – que se revelaria a longo prazo um êxito verdadeiramente espetacular – até opções nefastas, a meu juízo, como, por exemplo, o programa nuclear. E tinha também outras opções, de êxito relativo. Discutível para uns, nítido para outros. Entre elas estava o polo petroquímico da Bahia, metais não-ferrosos, papéis e celulose, álcool e outros. Quais foram as conseqüências deste programa? A primeira, foi que a economia não reverteu ciclicamente. Ela tinha uma tendência a cair, até por razões internas. Em economia é quase que uma lei que, depois de muitos anos de crescimento, começam a surgir indícios de reversão, chamados indicadores dianteiros de crise, indicadores dianteiros de reversão cíclica. E eles já estavam despontando. Então há razões para supor que ela ia ter uma reversão. A pancada externa, o bater na muralha, significava que, com muito mais razão ainda, ela tinha que parar. Mas a 1º conseqüência daquele programa de investimentos foi que ela não parou. Ao contrário, os investimentos se elevaram como proporção do produto até 28,29%. Índice japonês de acumulação. Índice soviético de acumulação. Segunda conseqüência é que, com este avanço do investimento, o crescimento prossegue em meio a crise. De 74 a 80 o crescimento do Brasil será de 7% ao ano, em média, que é um crescimento comparável ao do J.K., considerado o grande exemplo de crescimento, fora o milagre "delfiniano". Terceira conseqüência, o balanço de pagamentos estoura. Você tem que absorver capitais e se endividar.

Durante anos, só estas conseqüências transparecem. Quando chega em 79, o Brasil se vê diante, de novo, de dificuldades seríssimas. Em 80 elas se agravam e em 81 entra-se em crise total. Parecia que aquela opção tinha sido um completo equívoco. E o Brasil vai entrar numa outra rota de política econômica. O Brasil vai adotar a terapia do FMI, como vocês sabem, entrar numa profunda recessão, dar uma verdadeira guinada de política econômica e, já sob o comando do Delfim Neto, fará uma clara opção recessionista. Delfim Neto repudiava os grandes programas. Quando perguntado a respeito, ele, com extrema má vontade, respondia que esses programas eram condenáveis. Mas que, como já estavam por terminar, ele não iria freiar, porque não faz sentido deter um investimento, quando falta 15% para completá-lo. É irracional. Então o Brasil viveu uma etapa de dualidade de política econômica. A política oficial, a grande política, é a de recessão, a do Fundo. E a outra política que corre por baixo é o prolongamento daquela política de 74. Ela prossegue porque os projetos são de 8, 10, 12 anos de maturação. Então como os projetos são de longa maturação, o Brasil mantém-se em marcha forçada, completando essa grande família de projetos, oriunda de 1975.

Nos primeiros anos da década de 80, começam a aflorar as conseqüências, em termos de aumento da produção. É a quarta conseqüência que vem lá em frente, bem distanciada das outras três. Começam, então, a aparecer as conseqüências em termos de substituição de importações e abertura de novas oportunidades de exportação. Substituição de importações, vocês conhecem bem: petróleo, alumínio e outras. Exportação de celulose, papel, petroquímica. Quando começam a emergir essas conseqüências, o Brasil começa a ser tratado com uma terapia violentamente contencionista, em 81, 82 e 83. Então ele fica numa situação estranhíssima e aí nós vemos aquela perplexidade, aquelas interpretações negativas que só vêem o que está ocorrendo a nível de política macro-econômica. Lembro-me de um debate que tive com o Dércio Munhoz em que ele dizia: – "Castro, vamos tomar os componentes da demanda. Eu não posso entender como você acha que vai ter crescimento, porque eu tomo os componentes de demanda aqui e os vejo negativos. Quer ver? Salários, você acha que vão crescer? – Não, vão baixar. (Este debate foi no início de 1984). – O gasto público você acha que vai crescer? – Não, vai baixar. – O crédito, eles vão soltar? (Aí, eu saí um pouco da equação de demanda) – Não, eles vão manter. – O investimento vai retomar? – Não, óbvio que não vai. – Então, como é que pode?" O próprio Delfim prevê um crescimento igual a 0% em 84 (Atenção! Quando um governante anuncia um crescimento igual a 0%, é porque ele sabe que é negativo). Só que estavam aflorando naquele momento, já massivamente, os projetos de substituição de importação. E a exportação a partir de novos projetos já estava evidente, também. Começava a surgir, então, um saldo comercial muito grande que vai disparar, que é uma conseqüência remota daquela opção de 74. Este saldo comercial traz um empuxo de demanda. Ele empurra a demanda fortemente, ele expande o mercado. Substituir importações e aumentar exportações é, em ambos os casos, criar mercado e empurrar a economia. Uma economia que já estava bastante retraída, digamos aí pelo início de 84, recebe esse empuxo de demanda. Quando

uma economia está consideravelmente retraída e recebe um empurrão de demanda, seja por onde for, ela tende a reagir cumulativamente para cima. Qual foi o empurrão? Em termos de análise econômica seria: exportações menos importações (x-m) (equação de demanda global). Uma economia retraída — mesmo os monetaristas aceitam — se recebe um grande choque de demanda (vejam bem que no ano de 84 foram US$ 13 bilhões), esse choque dá um impulso que coloca em andamento uma recuperação). Esse impulso se propaga. As empresas pagam mais horas de trabalho. Por enquanto, os capitalistas não contratam trabalhadores. Eles não acreditam na recuperação. Não acreditando na recuperação, eles não contratam novos trabalhadores e não fazem investimentos. Os dados da FIESP são claros a esse respeito. Só em jun/jul de 84, os capitalistas começam, realmente, a contratar novos trabalhadores.

Pois bem, há então uma impulsão. Começa uma recuperação em meio a essa miséria, desemprego, etc., e eu diria que, a estas alturas, começa-se a perceber o afloramento de uma outra estrutura econômica. É um país que se renova. Com uma outra base energética, com uma estrutura industrial profundamente modificada. Eu havia dito a vocês que aquele Brasil de 73 tinha uma hipertrofia de duráveis de consumo e, particularmente, da automobilística. Que tinha uma atrofia de bens de capital. Agora não. Esta outra estrutura econômica que está emergindo aí tem um peso muito maior em insumos básicos e um peso muito maior em máquinas equipamentos. Neste sentido, trata-se de uma estrutura industrial normalizada. Como qualquer outra estrutura industrial moderna. Além do mais, junto com esta reestruturação verifica-se que as empresas, atravessando este longuíssimo período de expansão que foi do 2º semestre de 67 até 80 (13 anos), se modernizaram, adquiriram padrões comportamentais distintos, de economia moderna realmente.

Durante a crise, foram fechadas as unidades mais ineficientes, foram postas de lado máquinas mais antigas. Houve uma série de fenômenos de regeneração do tecido econômico a nível de empresas. Alguns estudos feitos no Rio e São Paulo mostram que, também do ponto de vista financeiro, as empresas se adaptaram para poder conviver com os juros altos. Então, se você observa o conjunto, você vê que, no final de 84, início de 85, está emergindo uma outra economia no Brasil, cuja estrutura econômica está praticamente completa, tem poucas falhas. Existem falhas. Por exemplo: química fina é um setor retardatário no Brasil. Retardatário porque sempre foi dominado por multinacionais, que travaram deliberadamente o progresso brasileiro nesta área. Mas lembrem-se também que aquele pacote de 74, aquele conjunto de empresas de 74 ou eram estatais ou eram ligadas ao estado, financiadas pelo estado e de preferência nacionais. Através dessas alavancas, a economia cresceu e ocupou novos setores, completando-se.

Há então uma nova estrutura econômica. Há empresas que estão saneadas, reestruturadas, financeira e energeticamente, que estão aptas a crescer. Porém, esta nova estrutura econômica ainda não disse a que veio. No seguinte sentido: ela emerge em 82, 83, 84 em meio à pior recessão que o Brasil moderno atravessou. Quem olhava apenas para indicadores tipo salários, juros, desemprego, só via o negativo. Francamente falando, a razão pela qual eu me meti nisto e vi este outro fenômeno

foi um estudo para comprovar a viabilidade da moratória. Eu também estava convencido que o Brasil estava em colapso em 83. E, exatamente, estudando como é que o Brasil poderia enfrentar uma moratória é que descobri a substituição de importações e tudo o mais. A partir desta descoberta, entendi que uma grande transformação estava se dando e era negada. Era uma transformação surda. Entre parênteses, o Delfim hoje, quando perguntado, assume a paternidade disto. Ele diz: "Não, vocês não me compreenderam. Vocês só viram a política macro-econômica que eu fiz. Vocês esquecem que durante o meu período a Petrobrás investiu mais do que nunca. Os grandes investimentos continuaram. Eu nunca perdi de vista estas transformações. Eu sabia que elas dariam resultado". É falso. Há documentos em que ele despreza esses investimentos, despreza as estatais, e diz que não há porque se preocupar com a dívida brasileira, porque o Brasil vai gerar um grande saldo comercial, a partir do qual ele poderá pagar os juros e deter o crescimento da dívida. Vocês poderão dizer: "Ué, mas não foi isto o que aconteceu?". Não. Sabem o que iria produzir o saldo comercial para o Delfim? – Carajás e o Projeto Cerrado. Ele não fala das transformações que geraram o saldo. Ele fala daquilo que eram as iniciativas do governo Figueiredo, que eram iniciativas dele, etc. Ele não dá crédito em resumo as transformações que criaram uma outra estrutura econômica no Brasil. Aliás, os projetos tipo Carajás poderiam ser entendidos como uma regressão para o estágio primário exportador, enquanto as transformações a que estou me referindo são basicamente de avanço de uma estrutura industrial. Algo bem diferente, uma outra estratégia.

Enfim, este novo Brasil está emergindo. Ainda não há nenhuma conseqüência dele no plano salarial, por exemplo. O Brasil, hoje, está vivendo esta situação estranhíssima. Ele tem forças produtivas desenvolvidas, modernas, de um país europeu. E os seus salários são uma pequena fração de um salário europeu. Não há nenhuma correspondência entre forças produtivas e salários. Mas é um erro crasso, um erro grosseiro, julgar o potencial dessas forças produtivas que aí estão, pelo quadro miserável em que elas afloraram. As forças produtivas que aí estão contêm transformações outras, inclusive a possibilidade da ampliação progressiva dos salários, que os compatibilize com as forças produtivas do país. Claro que passo a passo. Quanto mais rápido, melhor, porém num ritmo que não pode ser arbitrário.

Este casamento entre forças produtivas e salários é o amanhã. Ele, absolutamente, não se deu. Este novo Brasil, em termos de salários, não existe, por enquanto. Mas eu considero um dos temas centrais daqui por diante a política salarial, de recuperação progressiva e a seguir expansão dos salários. Sou otimista a este respeito, por várias razões. Desde o fato de que a estrutura que está aí, que não tem nada de original. Do ponto de vista do seu perfil técnico, da sua estrutura econômica, ela é a mesma estrutura que existe nos outros países avançados. Tem matizes próprios mas é uma estrutura padrão. Tem uma tese do Eleutério Prado, que fez um primeiro teste sobre a semelhança entre a estrutura industrial brasileira e as estruturas européias. E os resultados são sempre os mesmos. Uma identidade enorme de estruturas, mas que paga salários completamente diferentes. Esse é um pro-

blema central da realidade brasileira. Quer dizer, como corrigir esta anomalia, passo a passo? O segundo problema, casado com esse, igualmente central, é o da política industrial destinada a viabilizar este aumento tão rápido quanto possível dos salários. Política industrial esta que terá que ter várias preocupações. Entre elas, aquilo que poderíamos chamar de "esticamento de capital". Significa você tomar uma indústria que está prevista para produzir 100 e com investimentos muito pequenos e, sobretudo, com reorganização, elevar para 140/150 sua capacidade produtiva. Isto é possível. A Usiminas fez isto brilhantemente. Ela foi inaugurada com uma determinada capacidade e, praticamente sem investimentos, o trabalho de seus engenheiros, técnicos e operários permitiu um aumento de 50% da capacidade produtiva da Usiminas. Isto há 10 anos atrás. Algo está acontecendo hoje com a CSN, que está passando por um processo de ampliação rápida da capacidade produtiva, praticamente sem investimento. Isto significa um aumento brutal da produtividade, mas também significa um aumento do emprego. Esta política não é generalizável. Por exemplo, em petroquímica é muito mais complicado. A capacidade é predeterminada. Mas na mecânica e outros setores, existe espaço para esta política. Bom, estou apenas exemplificando. Esta é uma face da política de "esticamento" que pode calçar o aumento da produção sem dano algum para a lucratividade dos empreendimentos, a ampliação significativa dos salários. É claro que há uma 3º dimensão de política econômica, que é necessário retomar neste momento que é a política de infra-estrutura em particular de transportes e energia. Como sabemos todos, é um capítulo que está criando poeira da nossa política. Não temos nada de novo nisto há muitos anos, o que é altamente inquietante.

Mas, voltando ao 1º e 2º pontos, política salarial e política industrial, eu diria que um grande problema que se coloca para todos nós é a redistribuição de renda. As distâncias sociais nunca vão diminuir? Isto é um problema muito importante para a democracia. Quanto a relação lucro x salário, eu creio que talvez possa haver a redução desta margem. Mas creio que as empresas capitalistas detêm um conjunto de armas para se defenderem de pressões salariais, que praticamente imunizam qualquer pressão. Então, não creio que haja um grande terreno por aí. Onde, sim, há um campo para se atuar sobre a distribuição de renda e que poderá ser feito daqui por diante é na compressão, na redução desta absurda anomalia que é a cota de juros na renda nacional. Quando saírem os estudos sobre a distribuição de renda deste período, vai ser um escândalo internacional. Esta situação não pode se manter.

Ela é anômala, economicamente, em termos de capitalismo e nem falemos politicamente. Não tenho dúvidas que há um espaço aí a ser conquistado e, aliás, a este respeito, a partir de setembro deste ano houve algumas vitórias importantes.

Vamos, pois, voltar ao início. Como fica, diante disto, a Nova República? Vocês se lembram que eu havia dito que havia 2 tendências. Diante dos sucessivos colapsos (ou quase colapsos) da economia brasileira surgem as 2 tendências: a liberal-internacionalizante de um lado e aquela identificada com a oposição e que é heterogênea, de outro lado.

Qual é a da Nova República? Creio que ela vem atravessando uma crise de identidade. Nos primeiros meses, creio que a Nova República nitidamente se inclinou pela 1º posição. O furor anti-estado chegou às raias do incrível e era patente o crescimento das idéias liberalizantes, talvez internacionalizantes, também. A política monetária que se levou era de uma ortodoxia chocante. A ortodoxia em política monetária se caracteriza pela seguinte regra: os fazedores de política econômica não se importam com juros. Só importa a quantidade de moeda. Isto é o que distingue um keynesiano de um monetarista. Um keynesiano se preocupa com o juro, o monetarista diz que juro é problema do mercado. Pela 1º vez na história do Brasil, com o Lemgruber, esta foi a posição oficial. E isto levou os juros às nuvens (a 21%) e fez com que a dívida pública crescesse galopantemente, porque uma coisa alimenta a outra. No dia 26 de agosto essa equipe caiu. Evidentemente, a nova equipe que sobe não partilha dessas posições. O grupo tende para a 2º posição. Rechaça o monetarismo como ortodoxia. Teve, inclusive, alguns êxitos significativos em função disto. Por exemplo: a política monetária afrouxou e conseguiram cortar de 21% para 15 a taxa de juros, sem realimentar a inflação.

Mas este 2º grupo, que está livre da visão monetarista, tinha algo em comum com a grande maioria do pensamento, até então, que era a convicção, que está tão claramente na COPAG, de que a economia se encontra em profunda crise. De que, como dizia o Furtado, se você continuar pagando juros, não consegue crescer. De início, ele dizia que era porque as importações não poderiam crescer o suficiente para alimentar o crescimento. Depois passou a formular de modo um pouco mais complicado, dizendo que, se você não capitalizar os juros terá uma sangria, uma evasão da poupança que conterá o investimento lá embaixo. Com investimento lá embaixo não se poderá ter crescimento. Coisa que também está errada, creio, por várias razões. Este tipo de idéia prevalecia, mas foi perdendo terreno. Ainda no encontro da Coréia, parecia que o Brasil pediria dinheiro novo, novos empréstimos. Um equívoco, evidente para alguns há muito tempo. Mas, felizmente, essa visão negativa de uma economia prostrada está cedendo rapidamente e, rapidamente, a nova equipe está percebendo que, longe de puxar um pangaré, ela tem é que montar num potro. Que as perspectivas de crescimento estão aí, o crescimento está aí, não foi produzido pela política econômica de curto prazo, em absoluto. A política de curto prazo foi levada de roldão pelo crescimento. Trata-se do oposto. Então, no que se refere a isto, creio que a equipe está entrando em sintonia com a realidade. Falta, no entanto, desenhar, estabelecer a política de longo prazo, correspondente a esta realidade. Ou seja, começa-se a fazer uma política de curto prazo muito mais desinibida e concordante com a energia que pulsa na economia de forma flagrante. Mas as implicações, quer dizer, o que isto significa projetado, ainda não está, absolutamente, definido. Creio que quando esteja definido, três questões centrais, que já nomeei aqui, ocuparão posições de relevo dentro do novo quadro, formando uma nova estratégia. Seriam, certamente: a política salarial; a política industrial (e, embutida nela, a política tecnológica) e a política de infra-estrutura.

GOVERNO
MONTORO

CPFL
Companhia
Paulista de
Força e Luz